



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

## TRIBUNA PÚBLICA LISBOA, 7 DEZEMBRO 2017

Mário Nogueira  
Secretário-Geral da FENPROF

Estamos prestes a concluir mais um importante momento da Campanha “Valorizar a Educação e os seus Profissionais”, que a FENPROF decidiu promover este ano. Por esta tribuna pública passaram personalidades da vida nacional que, presencialmente ou, na impossibilidade, através de mensagem, nos trouxeram importantes depoimentos sobre os Professores e a importância do seu papel. A todos e todas que estiveram connosco, o nosso obrigado pelo respeito que confirmaram ter pelos Professores.

E porque hoje falamos de respeito e da indispensável valorização dos Professores, há **quatro notas** que pretendo deixar:

A **primeira** vai para todos os que não perdem uma oportunidade para cair em cima dos Professores, enxovalhando-os, insultando-os e difamando-os. Principalmente depois de os Professores Portugueses terem demonstrado que, em defesa da sua Profissão e da Escola Pública, sabem estar unidos, esses arautos da difamação não perdem uma oportunidade para denegrir os professores. De *hooligans* a incompetentes de tudo se tem ouvido, mas a esses, sinceramente, a única coisa que podemos dizer, daqui, hoje, é que respeitem e sejam justos para com os seus professores, pois enquanto o não fizerem, de nós, não merecerão mais do que um profundo desprezo.

Os Professores não são o que por eles é afirmado e é a realidade que os contraria. Uma realidade confirmada por reconhecimento público nos mais diversos estudos, nacionais e internacionais, por relatórios internacionais sobre a Educação em Portugal e o desempenho dos alunos, mas, principalmente, uma realidade que se confirma no dia-a-dia nas escolas, pelos alunos e pelas suas famílias, na relação que estabelecem com os professores. E para os que tudo tentam para colocar professores, estudantes e pais em campos opostos, a melhor resposta é a que é dada por todos estes atores educativos, compreendendo que o seu lado é o mesmo: o lado da Educação, o lado da Escola Pública de qualidade e democrática.

A **segunda nota** destina-se aos políticos que, na oposição, querem fazer da luta dos professores um veículo da sua luta política e, principalmente, da sua incompetência para a desenvolverem de uma forma que seja reconhecida pela sociedade. Reafirmamos o que sempre temos dito: na sua luta, os professores não dão boleia a ninguém para fins que não sejam os da sua valorização profissional e da melhoria das suas condições de trabalho e exercício da profissão.

Compreendemos a ansiedade de dirigentes dos partidos de direita quando, estando a FENPROF a negociar medidas positivas para os professores e a Escola Pública, reclamavam o nosso regresso à rua; compreendemos onde querem chegar quando apoiam a luta dos

professores, mesmo quando em causa estão aspetos que foram impostos pelo seu governo; e até sabemos ler a intenção que têm quando, em momentos de convergência e compromisso entre as organizações sindicais de docentes e o governo se apressam a acusar o governo de se ter rendido à FENPROF... mas, como diz o povo, para nós vêm de carrinho e será nesse seu veículo que terão de seguir porque, sem hesitar na luta sempre que ela seja necessária, os professores não darão boleia a quem quer cavalgar essa luta para regressar ao poder e, aí, retomar o violento ataque que moveu contra a Escola Pública e os Professores.

**Terceira nota:** para dentro, para nós mesmos, Professores e Educadores. Vivemos um momento muito sensível e importante para o nosso futuro profissional. Como tal, a pior coisa que poderia acontecer seria que os professores se dividissem, olhando cada um para o seu umbigo e não para o interesse geral de toda a profissão. Há que ter cuidado, porque nos diz a experiência que é nestas alturas que surgem, muitas vezes de fora, aqueles que, para quebrar a força que decorre da unidade dos professores, apostam na querela como fator de divisão. Nesse sentido, usam legítimas insatisfações para virar professores uns contra os outros. E o problema é que alguns colegas se deixam levar na conversa e logo se ouve, aqui e além:

- O meu horário é pior que o do colega do outro setor! OU
  - Eu tenho mais alunos que o professor do outro setor, logo, sou eu o mais desgastado!
- OU
- A minha aposentação deveria ser mais cedo que a do outro colega, nem que isso se concretize com o agravamento da sua! OU
  - Eu fiquei colocado mais longe que o outro e ele é que deveria ter ficado onde eu fiquei!
- OU
- Eu estou num escalão da carreira mais próximo do topo, logo, deverei ser eu o primeiro a recuperar o tempo perdido para atingir mais rapidamente o escalão onde já deveria estar e poder reformar-me! OU
  - Eu estou num escalão mais baixo da carreira, logo, os que ganham mais deveriam continuar com a progressão congelada para eu recuperar mais rapidamente!

Sobre esta última afirmação, foi até posta a circular uma Petição, cujos primeiros 10 subscritores são 10 diretores de escolas da zona da Póvoa de Lanhoso, apelando à solidariedade de uns para com os outros. É curioso, no entanto, que, em nome dessa alegada solidariedade, nenhum decidiu dar o exemplo afirmando que, desde já, iria prescindir do seu suplemento remuneratório. Fica o registo.

Tenhamos cuidado com posições deste tipo, pois a Administração Pública não tem só professores e se essa alegada solidariedade, que, para estes, se deveria sobrepor aos direitos, fosse critério universal, provavelmente mal estariam os professores todos. Este é bem um exemplo de como olhar para o umbigo pode cegar e esse é o tipo de cegueira efetivamente grave.

Colegas, este é tempo de unir e não de dividir. E estou certo que saberemos estar unidos neste momento tão importante, ficando a certeza que será essa unidade que nos legitimará para, no próximo dia 15 e nas negociações que decorrerão ainda este mês e em janeiro, assumirmos a defesa de um descongelamento justo das carreiras para todos; um regime específico de aposentação para todos os professores e não o continuado e até irresponsável aumento da idade para esse efeito e o agravamento do chamado fator de sustentabilidade; a reorganização e normalização dos horários de trabalho; uma revisão justa do regime de concursos e a sua realização em 2018 já nesse novo quadro legal.

Uma unidade que se deverá estender a outras frentes e recorde, apenas, três: o combate à municipalização, que nos levará no próximo sábado a Portimão, ao congresso da ANMP, para reafirmarmos as nossas posições; a defesa de um regime de efetiva inclusão escolar; a defesa de um regime de gestão democrática para as escolas, algo que, desde 2008, foi eliminado.

Saibamos continuar unidos e sejamos, assim, dignos do P maiúsculo com que se escreve Professor.

**Quarta e última nota** é sobre a negociação. Estamos a viver um ciclo negocial muito importante. Iniciou-se em 14 de novembro e culminou com a declaração de compromisso assinada entre os Sindicatos de Professores e o Governo, no dia 18. Pelo meio, determinante, tivemos a extraordinária greve e a não menos importante concentração junto à Assembleia da República, no dia 15 de novembro. Vamos agora iniciar o processo negocial específico sobre o que se decidiu chamar de recomposição da carreira docente. Uma recomposição que terá três componentes: o reposicionamento de quem entrou na carreira, mas ficou retido no primeiro escalão; o descongelamento da carreira, que será nos termos em que se vai concretizar em toda a Administração Pública; e a recuperação do tempo de serviço perdido com congelamentos que, recorde, são 9 anos, 4 meses e 2 dias. Aos que dizem que os professores serão privilegiados neste processo eu pergunto:

- Será privilégio colocar onde já deveriam estar aqueles que ficaram retidos no ingresso, para poderem beneficiar do descongelamento que todos os outros irão ter?

- Será privilégio garantir que o descongelamento da carreira docente se fará nos exatos termos do que acontecerá em toda a Função Pública?

- Será privilégio recuperar o tempo de serviço que não foi contado como, afinal, acontecerá com todos os trabalhadores cuja carreira prevê que os anos se convertam em pontos?

Não há aqui privilégio algum, o que nós não admitimos é qualquer tipo de discriminação e era disso que, até à declaração de compromisso, estava em cima da mesa.

Vamos estar muito atentos às posições que o Governo levará para a as mesas negociais. Dia 15 retomaremos as negociações sobre a carreira e a sua recomposição, exigindo respeito pelo compromisso assumido e rejeitando qualquer tentativa de adiar as soluções que se impõem. Dia 19 ou 20 estaremos a negociar, de novo, concursos e a progressão aos 5.º e 7.º escalões que, neste caso, a ficar o que o ME pretende, poderíamos estar próximos de ver imposto um filtro tão ou mais estreito que o da divisão da carreira; em 10 de janeiro iremos negociar o reposicionamento dos cerca de 7500 docentes que continuam retidos no primeiro escalão; em 26 de janeiro será a vez de os horários de trabalho e a aposentação estarem no centro do debate negocial.

Como foi ontem aprovado por mais de meio milhar de colegas que participaram no Plenário Nacional descentralizado, os professores estarão atentos ao que for acontecendo nestas negociações e disponíveis para, se necessário, dar, de novo, forte expressão à luta. No final deste ciclo negocial teremos novo Plenário Nacional em que, face ao for avaliado sobre os processos desenvolvidos, decidiremos como agir e lutar. Portanto, apesar das festas de final de ano que temos pela frente – e aproveitamos para desejar a todos e todas umas ótimas festas – fica uma certeza: o tempo não está para distrações. Teremos de nos manter informados e mobilizados, se for necessário, para, pela luta, garantirmos a valorização da Educação e dos seus Profissionais, na certeza de que 2017/2018 será tempo de resolver problemas.